

*Discurso na cerimônia de assinatura de
medidas que regulamentam a anistia prevista
no artigo 8º do ato das Disposições
Constitucionais Transitórias*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 31 DE MAIO DE 2001

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, meu companheiro Aécio Neves; Senhores Ministros de Estado, aqui presentes; Parlamentares tão numerosos; Senhores integrantes da Comissão de Anistia; Senhoras e Senhores anistiados; Senhoras e Senhores,

Depois das palavras do líder Arthur Virgílio, cabe acrescentar muito pouco. E não cabe um discurso formal, que é o habitual nessas ocasiões.

Quero me juntar ao que disse o líder Arthur Virgílio, quanto ao aspecto da democracia. Aqui, vejo nesta sala, figuras que têm história e que sempre, sempre, lutaram pela democracia. Hoje é fácil. Hoje é muito fácil. Hoje é fácil desafiar, blasonar, ser arrogante. Não era assim antes, foi muito difícil. Os caminhos foram variados. Nunca compartilhei dos caminhos armados. Mas foram os caminhos de pessoas que estavam querendo restabelecer a democracia. E sobre os que estivessem armados, ou armados apenas do verbo e da indignação, a repressão caía igualmente, e as dificuldades eram não as mesmas, mas da mesma natureza: a intolerância, o não aceitar o ponto de vista do outro, as devas-

sas, os inquéritos sem fim, as acusações não fundamentadas, as ameaças. Enfim, tudo aquilo que havia de antidemocrático.

Venho de uma família – alguns aqui sabem, alguns conhecem – que há muito tempo – eu diria que mais de século – anda envolvida com essas lutas, desde meu avô, que morreu porque foi preso. Era General e foi o único General, que então comandava Mato Grosso, que apoiou a Revolução de 22. Ele e o Marechal Hermes da Fonseca foram postos presos num navio, porque haviam apoiado os tenentes, entre os quais meu pai e muitos outros primos e tios e outros que não têm nenhuma relação, mas que fazem parte da nossa História. Em razão dessa prisão, no navio, meu avô morreu – ele foi solto depois, mas perdeu condições.

Nessa mesma ocasião, meu pai foi exilado por dois anos. O exílio era pertinho das terras do Deputado Arthur Virgílio. Era no Pará, em Óbidos, que é uma fortaleza que existe no Rio Amazonas, e ele não teve permissão para sair de lá, nem quando o pai – meu avô – morreu. E isso não era numa época chamada de “ditadura”. Eram apenas governos duros como os de Bernades e Epitácio. E assim foi, e assim foi.

O primeiro processo que enfrentei foi em 1964. Eu era apenas um professor, muito distante da vida partidária, política – meu pai tinha sido Deputado. Fui ao Rio duas vezes – eu morava em São Paulo – à Câmara dos Deputados. Eu vivia, se se pode dizer assim, uma vida de monge, só lendo, estudando, trabalhando e tendo idéias. Mas eu tinha apoiado a campanha em defesa do petróleo. Naquela época, havia umas comissões de defesa do petróleo e fui tesoureiro da de São Paulo, porque meu pai era presidente. Um outro tio meu era presidente nacional e um outro, pai de uma tia minha, era o General Horta Barbosa. São todos nomes que andaram aí lutando por esses ideais, os quais nunca reneguei, nem petróleo, nem os relativos ao petróleo. Apenas o mundo muda e tornei a Petrobras mais forte para competir e para poder vencer. Muitos não entenderam e queriam se aferrar a um passado que levaria ao sufocamento e ao estrangulamento da Petrobras.

Depois foi pior. Aqui, quantos viram o que aconteceu depois! Os Senhores têm essa experiência e lhes conto isso para depois vir ao caso da anistia. Imagino que muitos sofreram muito. Eu, nem tanto. Mas,

um dia, sem nem entender bem por quê, saí da minha casa e voltei cinco anos depois. Aliás, não voltei para a casa, que já não existia mais. Nem pude nunca mais ler os livros que tinha na época porque se dispersaram. Fui para o Chile. Pessoalmente, foi proveitoso. Talvez não tivesse feito a carreira de intelectual que fiz, não fosse ter sido forçado a deixar o Brasil. Mas isso deixa marcas, não de rancor, não de mágoa. Compartilho do que disse o Deputado Arthur Virgílio: o passado passou e as pessoas têm que ser vistas no contexto da História, sem que dela se guardem resquícios que possam envenenar a nossa própria alma. Mas deixa marcas. Algumas são inesquecíveis.

Soube da morte de meu pai quando estava no Chile, e por um amigo, um economista muito famoso. Meu pai tinha um apelido caseiro, e o telegrama dava o apelido dele, dizendo que tinha morrido. Esse meu amigo não sabia o que era e me mostrou. Foi um choque. Eu vim ao Brasil. Não podia. Como sabem – repito – meu pai era General. Fui ao enterro e lhe prestaram as honras devidas. Recebi uma informação de que tinha que sair do país em 24 horas, senão eu seria preso. Já não havia mais ordem de prisão contra mim. Houve em 64. Isso foi em 66. Muito bem, voltei. Voltei para o Brasil, voltei para a Universidade. E fui punido pelo AI-5, de novo. Em 69, perdi a cátedra.

Às vezes, leio nos jornais que me aposentei, que sou contra os aposentados, que ganho não sei quanto. Eu fui aposentado. Não tenho culpa de ter sido rápido na carreira. Eu já era catedrático. Eu tinha 37 anos. Mas não adianta isso. Saí da Universidade, fui aposentado. Aí, fui organizar um centro de pesquisas. É longa a história e não vou contá-la toda. Um dia, jogaram uma bomba no meu escritório. A primeira pessoa que ocorreu foi Dom Paulo Evaristo Arns, porque eu tinha publicado um livro que chama *São Paulo – Crescimento e Pobreza*. Nada mais, um livro. Reli esse livro recentemente, porque fui fazer um programa de televisão. É uma análise sociológica, objetiva. Nem sei por que provocou tanta reação. O mundo muda. Mas, naquela época, aquilo parecia que ia acabar tudo.

Mais tarde fizemos uma revista chamada *Argumento*. De novo, fecharam, por causa de um artigo do Arnaldo Pedroso D’Horta, que criticava a política habitacional. Era assim o Brasil.

Muito bem, mais tarde, uma vez, fui para a Operação Bandeirantes (Oban), e lá me puseram um capuz na cara. Eu disse isso no Senado quando fui eleito Presidente. Não me lembro, Senhor Deputado, da cara das pessoas. Não quero lembrar. Nunca procurei minha ficha. De vez em quando vejo fragmentos, tudo bobagem. Era tudo bobagem, sem sentido. Nunca fui saber, nunca voltei a esse prédio. Nunca quis saber o nome dos delegados, dos oficiais, nada. Porque isso não constrói. Mas isso deixa marca: a marca de amor à democracia. É a compulsão íntima de que esse passado não pode voltar. E não vai voltar.

Quando eleito Presidente, a primeira vez que me reuni com os Ministros militares – sou Comandante-Chefe das Forças Armadas – contei a eles alguns episódios meus e lhes disse que direitos humanos, para mim, não eram uma expressão vazia. Aquela frase que um dia foi dita, de que direitos humanos são o novo nome da democracia, para nós é vida. Não é frase literária. E eu disse que ia levar adiante o processo de anistia.

A primeira grande satisfação que tive foi um dia em que pedi desculpas à Nação, em nome do Estado brasileiro, pelas violências que haviam sido praticadas. Calei sobre o fato de que eu também tinha sido objeto delas, mas proclamei bem alto que o Estado devia uma reparação e que eu assumia, em nome do Estado, a responsabilidade pelos desmandos havidos.

Nesse dia, os jornais publicaram uma foto, que é histórica. É que eu convidei para assistir ao ato que assinava, que era o começo desse processo, a Doutora Eunice Paiva. Ela é a viúva do Deputado Rubens Paiva, companheiro e amigo meu, que foi morto sob tortura. E a foto é do então Chefe do Gabinete Militar, General Alberto Cardoso, abraçado com ela. Nada é mais simbólico do que aconteceu no Brasil, do que esse conagração ao qual, agora, o Deputado Arthur Virgílio apela outra vez. As nossas Forças Armadas foram anistiadas, mas também anistiarão. Elas esqueceram. E, hoje, são um pilar da democracia.

Estou no meu sétimo ano de governo. Não ouvi de ninguém, nas Forças Armadas, qualquer palavra, qualquer gesto que não fosse de consolidação da democracia, que não fosse de compreensão de certos gestos que foram tomados, alguns referidos pelo Deputado Arthur Vir-

gílio, alguns sobre os quais eu próprio pensava e dizia: “Será que é certo?” E, ainda assim, as Forças Armadas entenderam que era o momento de o Brasil se abraçar e não de se dividir, e de colocar as reservas – algumas legítimas – de lado. É o que nós todos temos que fazer.

Hoje, portanto, assino essa Medida Provisória. É um tanto irônico, porque é uma Medida Provisória que me foi pedida. E quantas vezes eu ouço dizer que eu sou ditador por que faço Medidas Provisórias! É preciso sentir a realidade e ver por que elas são necessárias para entender que é um democrata que assina Medidas Provisórias, e não alguém que conspurca a democracia. Mas, ao assinar essa Medida Provisória, que conclui um longo processo de restabelecimento dos valores fundamentais da democracia, dos direitos humanos, da reparação, não posso deixar de dizer, como disse o Deputado Arthur Virgílio, que é um dos dias mais felizes da minha vida.

Muito obrigado a vocês todos.